

## **A trajetória do pensamento de Gramsci no Brasil**

**Ariadne Rodrigues - GT 4: O bicentenário de Karl Marx: legado, debates e disputas.**

### **Resumo:**

O artigo tem como tema a presença do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil, apresentando um mapeamento inicial das principais publicações elaboradas pela esquerda brasileira em notas e artigos dos anos 20 aos 50, assim como teses e dissertações de acadêmicos na área do Serviço Social a partir dos anos 60. Tal artigo é resultado dos primeiros passos da pesquisa *A contribuição teórica de Antonio Gramsci para o serviço social brasileiro*, realizada na UFF-Rio das Ostras pela aluna Ariadne Rodrigues e sob a orientação da professora Dra. Vânia Noeli.

**Palavras chaves: Gramsci, Ditadura Militar, Serviço Social, Produção Teórica, Marxismo**

### **1. Introdução**

Este artigo é resultado dos primeiros passos da pesquisa *A contribuição teórica de Antonio Gramsci para o serviço social brasileiro*<sup>1</sup>, em desenvolvimento na UFF-Rio das Ostras, em paralelo com o conhecimento produzido conjuntamente no grupo de pesquisa “*Para a crítica marxista da sociabilidade, da politicidade e do pensamento sociopolítico modernos e contemporâneos*”<sup>2</sup>. Neste primeiro momento optamos por apresentar a trajetória de Gramsci no Brasil, expondo as principais publicações das ideias do pensador italiano no país – ainda nos anos 20 – e um mapeamento das principais produções acadêmicas que, a partir dos anos 60, contribuíram para a circulação das ideias de Antonio Gramsci no Brasil no campo do Serviço Social. Não buscamos aqui elaborar uma análise profunda sobre o conteúdo de tais trabalhos acadêmicos e das categorias do autor italiano, mas apenas lançar mão das principais produções sobre Gramsci no Brasil.

---

<sup>1</sup> A pesquisa consiste em uma análise quantitativa e qualitativa das produções acadêmicas produzidas pelos Programas de Pós-graduação em Serviço Social a partir dos anos 2000 nas faculdades com as maiores notas na capes: PUC-SP, UFMA, UFPE, UNB, UERJ e UFF.

<sup>2</sup> O grupo realizou ainda uma análise da obra *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, de Gramsci e da obra *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, de Ivete Simionatto.

## 2. A entrada das ideias de Gramsci no Brasil

Jarbas Gomes, no artigo *Colóquio Internacional Antonio Gramsci, notas sobre a recepção de Gramsci no Brasil (1923-1939), 2017*<sup>3</sup>, apresenta um mapeamento dos jornais em circulação nos anos 20 e 30, os quais divulgavam as primeiras notas sobre Gramsci. A primeira nota sobre Gramsci no Brasil foi divulgada no *Jornal do Brasil* da edição do dia 14 de novembro de 1923. Em 1927 foram encontradas uma nota no jornal *La Difesa* e outra, intitulada *Contra o Comunismo*, na edição de 24 de setembro de 1927 do *Correio Paulistano*.

Dentre as fontes encontradas por Gomes (2017) estão os jornais *A Manhã* (1935-1950), *Correio Paulistano* (1926-1927), *Jornal do Brasil* (1923-1976) e *O Homem Livre* (1933). Segundo Secco (SECCO apud GOMES, 2017, p. 2). As primeiras menções à Gramsci não vieram do PCB, mas sim de exilados italianos, trotskistas e outros antifascistas e os temas destas primeiras referências nestes jornais tratavam do processo de condenação de Gramsci no tribunal fascista e as condições degradantes as quais os presos do fascismo eram submetidos.

O artigo *A Presença de Gramsci no Brasil, 2009*, de Carlos Nelson Coutinho, lança mão da trajetória histórica da incorporação do pensamento de Gramsci no Brasil. Coutinho (2009) aponta referências ao pensamento de Gramsci ainda nos anos 30 e 40 em publicações de esquerda, sobretudo pelos jovens intelectuais comunistas em artigos influenciados pelo PCB. Gramsci é relatado nesta época como fundador do Partido Comunista. Coutinho (2009) nos lembra, entretanto, que o marxismo da época tinha como principal fonte teórica os manuais soviéticos do marxismo-leninismo. Neste primeiro momento Gramsci é visto como opositor ao marxismo-leninista, ou seja, visto como alternativa ao stalinismo, mas teoricamente esquematizante e pouco aprofundado.

Segundo Abramo (ABRAMO apud SIMIONATTO, 1995, p. 96), uma das primeiras referências ao nome de Gramsci em território brasileiro aconteceu através de Godoffredo Rosini, que era ligado ao PCB e foi um dos principais impulsionadores do jornal *O Homem Livre*<sup>4</sup>, de 1933-1934. Segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 96), Rosini deixou relatos de que Gramsci fazia duras críticas à Terceira Internacional, embora fosse membro do PCI. A nota do dia 17 de junho de 1933 no *O Homem Livre*, intitulada de *Enquanto se prepara o 'raid'*

---

<sup>3</sup> Gomes analisou pesquisas feitas pelo historiador Lincoln Secco (2000; 2002) e pela assistente social Ivete Simionatto (1999).

<sup>4</sup> Segundo Gomes (GOMES, 2017, p. 4), a maior parte das menções à Gramsci pelo *O Homem Livre* são datadas de 1933 e remetem às edições de 17 de junho (n.4, p. 2), 02 de julho (n.6, p. 8), 23 de setembro (n. 15, p. 1-2) e 09 de outubro (n. 16, p. 2).

*de Balbo: como se assassina Antonio Gramsci*<sup>5</sup>, divulgada no artigo de Jarbas Gomes (2017), aponta que Gramsci estava muito doente e que conseguiria sobreviver por muito pouco tempo em suas condições.

Uma menção encontrada em *A Manhã*, nos anos 30, aponta a existência de uma campanha mundial contra a prisão de Gramsci. Já em 1935, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 97), é traduzida no Brasil a obra de Romain Rolland, *Os que morrem nas prisões de Mussoline*. Trata-se de um manifesto para a libertação de Gramsci dos cárceres fascistas. Rolland contribuiu para que dados bibliográficos de Gramsci como membro do PCI começassem a circular pela primeira vez no Brasil. Também em 1935, segundo Gomes (GOMES, 2017, p. 5), o jornal *A Manhã*, da edição de 12 de agosto, lançou um texto chamado *O horror das prisões fascistas na Itália: alguns factos*, no qual um autor desconhecido anuncia o governo de Mussolini “deu” liberdade condicional à Gramsci devido a campanha mundial pela sua libertação<sup>6</sup>.

Segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 97) em 1947 é publicado um artigo de E. Corrêra Guerra intitulado *As Cartas de Gramsci*, para a revista *Literatura*, que era ligada ao Partido Comunista Brasileiro - PCB. Gramsci, então, fazia parte dos debates da esquerda, mas no Brasil ainda de forma limitada, sendo comentado dentro do PCB.

### **3. Segunda fase de Gramsci no Brasil a partir dos anos 60**

Segundo Ferreira e Gomes (2014), o principal objetivo do governo do presidente João Goulart<sup>7</sup> era colocar em prática as reformas de base, as quais julgava necessárias para o crescimento do país e saída para a crise. Tais reformas foram anunciadas no Comício da Central no dia 13 de março de 1964 – na presença de 35 mil pessoas – e propunham mudanças em várias áreas<sup>8</sup>. O Comício da Central significou que Goulart estava afirmando sua aliança política

---

<sup>5</sup> Nota disponibilizada no artigo *Colóquio Internacional Antonio Gramsci, notas sobre a recepção de Gramsci no Brasil (1923-1939)*, 2017, de Jarbas Mauricio Gomes.

<sup>6</sup> Gomes (2017) destaca que há muitas controvérsias sobre esta afirmação.

<sup>7</sup> Ferreira e Gomes (2014) evidenciam que Jango assumiu o Brasil com uma grande crise econômica decorrente do desenvolvimentismo e industrialização do governo JK. Com a Aliança para o Progresso os EUA emprestavam dinheiro à países subdesenvolvidos para que estes desenvolvessem o capitalismo e não aderissem ao comunismo – o que os deixavam cada vez mais endividados e dependentes dos Estados Unidos. Ao Goulart assumir a presidência do país, o quadro econômico era de inflação e dívida externa alta. O êxodo rural, inflando as cidades, fazia o custo de vida subir. Em 1963 o país se encontrava em uma profunda crise, alto índice de inflação e baixo crescimento econômico. Jango apontava as reformas de base para a solução.

<sup>8</sup> Na educação pretendia expandir universidades e investir no ensino superior. Jango também tinha por objetivo fazer uma reforma eleitoral – que buscava legitimar o voto dos analfabetos – e uma reforma tributária – a fim de

com as esquerdas e mostrou também que o Brasil tinha possibilidades para ser um país autossuficiente e mais independente dos Estados Unidos caso as reformas de base fossem efetivadas. Porém, o ano de 1964 foi marcado por um golpe empresarial-militar e por uma ditadura que deixou muitos mortos, desaparecidos e colocou limites à cultura e à liberdade de expressão, criando barreiras para as artes, culturas e para debates no campo da esquerda, em faculdades, escolas e reuniões de amigos – o que trouxe dificuldade para a entrada do pensamento de Gramsci. Criou-se a cultura do medo, que silenciava e não permitia que assuntos fossem comentados e debatidos na sociedade civil. Utilizando a categoria de Estado Ampliado de Gramsci, foi o momento em que o Estado utilizou a coerção (através do medo, da violência e da tortura) e o consenso (através de propagandas com conteúdos a favor da ditadura e, anteriormente, através de propagandas que desmoralizavam o governo Goulart<sup>9</sup>).

Com o golpe, todos os movimentos sociais que no governo de João Goulart estavam em movimento foram bloqueados, pois significavam ameaça à ordem instituída. Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO *apud* SIMIONATTO, 1995, p. 99) analisa a difícil recepção da obra de Gramsci no Brasil através de dois pontos: a decretação do AI-5 em dezembro de 1968 e a cultura dominante nos ambientes culturais de esquerda brasileiros – influenciados neste período pelo marxismo da Terceira Internacional. Com a subida dos militares ao poder, preconceitos antimarxistas surgiam novamente. Sendo assim, Gramsci chega ao Brasil, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 100) na época de um grande “vazio cultural”, com inclusive a cooptação de intelectuais a serviço do poder. A ditadura militar brasileira foi um período de transações pelo alto.

Em um momento entre a inserção da ditadura militar em 1964 e a decretação do AI-5, em 1968, as ideias de Gramsci foram introduzidas no país de forma fragmentada e com pouco debate e discussões devido a censura. Por isso, segundo Coutinho (2009), algumas análises sobre o pensamento e categorias de Gramsci são arbitrarias e a apreensão do conteúdo das obras prejudicada. As ideias de Gramsci não adquiriram muita amplitude neste primeiro momento e ele ainda não é visto como o teórico do Estado ampliado, mas apenas como o “filósofo da

---

taxar as grandes fortunas. Também propunha a lei das remeças de lucro, com a qual as multinacionais deveriam investir os lucros no Brasil e fazer a reforma agrária.

<sup>9</sup> Os Estados Unidos passaram a financiar a desarticulação do governo Goulart. Feita por empresários, militares, etc. Para isso, contava com filmes, propagandas, folhetos e palestras, que apontavam Goulart como um perigo comunista para o Brasil. Tais produções eram feitas pelo IPES e pelo IBAD, institutos gerenciados por militares insatisfeitos e anti-comunistas.

práxis”. A princípio, realizou-se no país apenas a tradução de parte da obra por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo, a partir de 1966.

No início de 1966 foram traduzidas por Carlos Nelson Coutinho as obras *II Materialismo Storico* e *La Filosofia di Benedetto Croce* (que foi intitulada *Concepção Dialética da História* devido a problemas de censura); e *Cartas do Cárcere* foi traduzida por Noênio Spínola. Em 1968 foram traduzidos, por Carlos Nelson Coutinho, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* e *Literatura e Vida Nacional*. Neste mesmo ano, Luiz Mário Gazzaneo traduziu *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 98) aponta ainda que em 1968 as obras *II Risorgimento* e *Passato e Presente* não foram traduzidas devido à censura decretada pelo AI-5.

No campo da educação, as lutas estudantis buscavam reformas do sistema universitário em geral. Descontentes com o regime militar, os estudantes realizavam passeatas e eram altamente reprimidos. A UNE<sup>10</sup> conseguiu ser neutralizada em 1968. Segundo Ventura (2013), houve corte orçamentário de 7,7% na educação em 1968 e os militares estavam presentes dentro das salas de aula, a fim de controlar os conteúdos das disciplinas. Vários casos de desaparecimento de professores e alunos são levantados por Ventura (2013). A censura piorou com o AI-5<sup>11</sup>, que tentou destruir de vez o embrião da sociedade civil autônoma que vinha se formando no governo Jango – e o pensamento de Gramsci ficou ainda mais reduzido. Ficou claro que o tipo de universidade que se buscava naquele momento era uma faculdade aos moldes do capitalismo e com fortes influências americanas: um ensino superior de péssima qualidade e com a função de controle social e ideológico, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 109).

No PCB<sup>12</sup> (Partido Comunista Brasileiro) não se levava em conta, segundo Simionatto (*ibidem*, 1995, p. 101), as novas condições estruturais e conjunturais desencadeadas pelo capitalismo: considerava o Brasil como atrasado e não como uma formação econômico-social de tipo “ocidental”. A tática do PCB ao lutar contra a ditadura era a de construir alianças, pois a categoria gramsciana “guerra de posições” não havia sido compreendida como uma forma de se fazer a revolução no ocidente, mas sim entendida como uma concepção da “revolução

---

<sup>10</sup> A lei Suplicy de Lacerda tinha como objetivo acabar com o movimento estudantil, tornando suas entidades controladas pelo Estado.

<sup>11</sup> Em 10 anos cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de sinopses de capítulos de novelas foram censurados.

<sup>12</sup> Gomes (2017) aponta que a atuação de Prestes na formação do PCB não estava ligada ao debate teórico, mas em preparar um levante revolucionário contra o governo Vargas. A formação teórica ficou para segundo plano.

democrático-burguesa”. Sendo assim, tais propostas de Gramsci eram vistas neste primeiro momento como, nas palavras de Simionatto (*ibidem*, 1995, p. 102), “expressão de uma tendência conservadora e anacrônica”. Neste primeiro momento, a esquerda colocava Marcuse e Althusser como os pensadores mais adequados e a luta armada era vista como a única possibilidade para se derrotar a ditadura.

Em suma, mesmo na falta de espaço dos anos 60, as ideias de Gramsci começam aos poucos a serem discutidas na academia, entretanto, segundo Coutinho (2009), Gramsci neste primeiro ciclo foi apresentado por seus primeiros idealizadores como um crítico literário, com sua posição política tendo um peso secundário. O professor Oliveiros S. Ferreira foi o primeiro intelectual nos anos 60, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 111) a usar o pensamento de Gramsci na disciplina *O conceito de hegemonia na Ciência Política*, ministrada no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo – USP.

Segundo Coutinho (2009), foi na década de 1970 que o pensamento de Gramsci ganhou maior espaço no Brasil devido a abertura política, que possibilitou um clima de relativa liberdade na vida cultural. De acordo com Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 105), no final da década de 1970 e início da de 1980 chegavam ao Brasil obras de marxistas italianos<sup>13</sup> com produção teórica no âmbito do eurocomunismo e que tinham como base o pensamento de Gramsci. O PCB passa então a utilizar mais intensamente o suporte teórico gramsciano como guia para se lutar contra a ditadura. Para Coutinho (2009), a esquerda brasileira adotou neste momento uma perspectiva de autocrítica sobre seus antigos modelos ancorados na Terceira Internacional, que em muitos casos defenderam a luta armada. Gramsci neste período é visto como o maior teórico político marxista, que poderia fornecer fundamentos para a concepção de um país moderno e ocidental. Uma nova política de esquerda foi proposta pelo PCB, com uma ruptura com a doutrinação do partido e a entrada das mais avançadas reflexões sobre o marxismo internacional. O pensamento de Gramsci foi finalmente difundido, manifestando-se na política e na vida social em geral<sup>14</sup>.

O pensamento de Gramsci esteve ligado a partidos fora do PCB também, como por exemplo na criação do PT, em 1980. Gramsci também despertou interesses de liberais,

---

<sup>13</sup> Entre eles, Lições Sobre o Fascismo (1978) e Socialismo e Democracia (1980), de Palmiro Togliatti; O Partido Comunista Italiano e O Socialismo e a Democracia (1979), de Giorgio Napolitano; Massas e Poder (1980) e Crise e Terceira Via (1981), de Pietro Ingrao; O Conceito de Hegemonia em Gramsci (1978) e O Pensamento de Lênin, de Luciano Gruppi; A Polêmica de Gramsci e Bordiga sobre os Conselhos de Fábrica (1981); Teoria do Partido Político, de Umberto Cerroni (1982); Um Socialismo a Inventar (1982), de Lúcio Lombardo Radice.

<sup>14</sup> Há controvérsias, pois alguns afirmam que se realizou uma leitura social-democrata do pensamento de Gramsci.

Fernando Henrique Cardoso, segundo Coutinho (2009), citou Gramsci várias vezes para justificar sua política de privatização, com o argumento de que o pensador italiano era antiestatista, e, portanto, defensor de uma “revolução liberal”<sup>15</sup>.

As discussões sobre Gramsci nas faculdades brasileiras conseguiram espaço considerável na academia após a revogação do AI-5, em meados dos anos 70, embora a princípio não na área de Serviço Social. Essa discussão sobre o pensamento de Gramsci era essencialmente acadêmica, uma vez que os partidos de esquerda estavam completamente reprimidos. Os textos de Gramsci mais difundidos neste período segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 116) são *Maquiavel, a política e o Estado moderno, Os intelectuais e a organização da cultura e Concepção dialética da história*.

Em meio ao contexto da ditadura militar ocorre o processo de renovação do Serviço Social, que passa a aderir as ideias de Gramsci em meio ao processo de reconceitualização da profissão. Mesmo com a autocracia burguesa investindo na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, os profissionais, movidos pelo calor das emoções do contexto histórico, pelas condições colocadas pela ditadura e pelas novas demandas sociais, apontaram para movimentos que causaram mudanças no cenário do Serviço Social. O grande capital e o Estado autocrático burguês são quem direcionam a profissão nestas décadas. Netto (NETTO, 2015, p. 161), mostra que além da reorganização do Estado burguês, a implantação das medias e grandes empresas (monopolistas e estatais) também influenciaram nos rumos da profissão, pois o mercado de trabalho e o modo de vida da população estava em transformação. O crescimento industrial ocorre principalmente nos anos do chamado milagre econômico. Os fenômenos de pauperização de amplos setores da população e as sequelas do desenvolvimento exigiram um novo padrão para o assistente social. A prática profissional precisou ser revista. Um conjunto de procedimentos modernos foram atrelados a profissão e o efeito global destas novas exigências que o contexto histórico exigia, engendrou a erosão do Serviço Social Tradicional e abriu uma série de questionamentos, até mesmo sobre o próprio rumo da profissão.

A profissão do Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico e implementar fundamentos marxistas. Gerou-se um espaço onde foi possível a criação de alternativas as práticas e concepções profissionais que eram contra a própria burguesia. As

---

<sup>15</sup> Intelectuais que utilizam Gramsci, como Alberto Aggio, Marco Aurélio Nogueira, José Antônio Segatto e Luiz Sérgio Henrique, reduzem o pensamento de Gramsci à defesa da democracia. Já Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, que escrevem para grandes mídias brasileiras, apontam Gramsci como o grande inimigo, que faz uma “lavagem cerebral” voltada para preparar o triunfo do comunismo.

universidades eram domesticadas e inseridas no panorama burguês, mas mesmo assim, dentro delas surgiram espaços de reflexão e uma massa crítica. Nos anos 70 surgem elaborações teóricas e debates teórico-metodológicos, com a inserção do profissional no circuito universitário, com pesquisas e investigação. O processo de renovação coexistia de legitimação prática e de validação teórica, um pluralismo profissional. O debate teórico-metodológico consiste no esforço pela validação teórica da profissão, que agora está no âmbito acadêmico.

Vicente de Paula Faleiros é um nome importante quando se fala em renovação do Serviço Social. Exilado desde 1970, em 1972 escreveu um livro em Buenos Aires chamado *Trabajo Social, ideologia y método*. No Brasil este material foi disponibilizado em 1981, com o nome *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. Este livro traz as primeiras referências a categorias gramscianas no âmbito do Serviço Social. Faleiros faz algumas referências à Gramsci ao tematizar a questão da ideologia e fundamenta-se em Marx, Engels, Mao Tsé Tung e Althusser. A reflexão de Faleiros é uma das mais importantes no processo ruptura do Serviço Social Tradicional na década de 1970, pois o autor fazia, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 189), “uma denúncia à inconsistência dos referenciais teóricos do Serviço Social e às suas formas de prática pautadas numa perspectiva empirista, tecnicista e pragmática.” O pensamento de Gramsci nos trabalhos de Faleiros ajuda a compreender o fazer profissional e analisar as conexões entre dinâmica social e dinâmica institucional, assim como a correlação de forças entre as classes na sociedade capitalista.

Safira Bezerra Ammann marca sua inserção no debate sobre Gramsci no curso de Mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília-UNB entre 1973 e 1976. Ammann passou a discutir as obras do pensador italiano porque elas ofereciam algumas respostas às indagações do Serviço Social em relação à superestrutura no processo de transformação social. Gramsci contribuía para superar as posições reducionistas. Ao contrário de tais reducionismos, a proposta gramsciana passa pela relação dialética entre a instância econômica e o domínio político-ideológico. A autora elabora sua tese de livre docência em 1979, intitulada *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*.

Miriam Limoeiro Cardoso, da PUC-RJ, também contribuiu para o debate para o rompimento da herança tradicionalista do Serviço Social. Em 1972 Cardoso defendeu sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo-USP, cujo tema foi sobre a dominação ideológica e baseia-se em Althusser, com algumas impregnações de Gramsci. Cardoso foi Professora do Departamento de Sociologia, mas passou a ser requisitada em diferentes cursos, incluindo o



Serviço Social. Em 1978-1979, estudantes de Serviço Social a requisitaram para os orientar em dissertações. Cardoso foi orientadora de muitos trabalhos no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e boa parte destes trabalhos foram publicados em livros e outras produções nos anos 80, que possibilitaram a introdução da obra de Gramsci no interior da profissão, segundo Negri (2016).

Gramsci entra como elemento teórico para se pensar o Serviço Social, mesmo que o contato inicial com o pensamento de Gramsci tenha sido através de outras áreas, como Filosofia, Ciências Sociais e Educação, o aprofundamento em sua obra aconteceu posteriormente. Em 1979 surge o primeiro trabalho na área de Serviço Social orientado por Miriam Limoeiro Cardoso. Trata-se da dissertação de mestrado de Josefa Batista Lopes, que apresentou um estudo, segundo Simionatto (SIMIONATTO, 1995, p. 195), sobre a construção do objeto no Serviço Social. A dissertação de outra orientanda de Cardoso, Maria Gadalupe Silva, surge em 1982 e tem como tema uma análise crítica dos principais estudos latino-americanos do Movimento de Reconceituação.

Merecem destaque também os trabalhos de Maria Helena de Almeida Lima e Rose Mary Souza Serra. A dissertação de Maria Helena de Almeida Lima analisa o movimento de Reconceituação. Já o trabalho de Rose Mary traz para a discussão o espaço do agir profissional e a articulação com movimentos populares. Lima e Serra utilizam as categorias gramscianas de Estado, intelectual orgânico, bloco histórico e hegemonia.

Alba M. P. de Carvalho situa seu contato com a obra gramsciana principalmente a partir de 1979, quando ingressa no curso de mestrado da PUC-SP. Carvalho (CARVALHO apud SIMIONATTO, 1995, p. 197) relata que não fez mestrado em Serviço Social devido à sua insatisfação em relação à linha de mestrado da PUC-RJ. A partir de 1979, Carvalho contrapôs a linha de mestrado vigente na PUC-RJ<sup>16</sup>, construindo um Serviço Social mais crítico. Gramsci passa a ser incorporado neste momento como um referencial para se pensar o Serviço Social, como uma possibilidade de situar o Serviço Social no processo de transformação social. No início dos anos 80 o desafio e questionamento era se o Serviço Social poderia contribuir no processo de transformação social. A luta, então, era para se abrir novos debates na profissão a partir do eixo teórico gramsciano.

O pensamento de Gramsci apresentava-se, segundo Carvalho (CARVALHO apud SIMIONATTO, 1995, p. 200) como uma alternativa tanto à perspectiva economicista que ainda

---

<sup>16</sup> Na PUC-RJ predominava uma perspectiva fenomenológica.

estava inserida nas interpretações sobre o marxismo dos anos 70 quanto à fenomenologia, onde o Serviço Social buscava encontrar seu papel como profissão. Entretanto, Carvalho demonstra também que os estudos sobre o pensamento gramsciano na maioria das vezes deturpavam, reduziam e limitavam a perspectiva gramsciana. Nas palavras de Carvalho (*ibidem*, 1995, p. 200), “se, por um lado, ocorreu uma difusão do pensamento gramsciano, ocorreu, por outro, uma certa vulgarização.”

Os recortes gramscianos mais interessantes para o Serviço Social dos anos 70, segundo Carvalho (CARVALHO apud SIMIONATTO, 1995, p. 200), são o conceito de hegemonia, consenso, força, reforma intelectual e moral, formação da vontade coletiva, construção do processo contra-hegemônico no interior do de dominação.

No final da década de 70, um grupo de professores<sup>17</sup> desencadeou uma nova discussão teórica que criticava os traços do Serviço Social conservador. Este grupo dera constituído por Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel, Josefa Batista Lopes, Maria Aparecida Fernandes, Edna Brito Ribeiro e Alba Maria Pinho de Carvalho. Tal busca por uma nova proposta teórica também contava com a participação de Miriam Limoeiro Cardoso, da PUC-RJ. É neste momento que se busca em Gramsci a categoria da práxis, pois esta ajudava a repensar a relação teoria e prática. A discussão sobre o pensamento gramsciano estava, então, no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão do Departamento e também no processo de formação profissional.

Nos cursos de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, as primeiras discussões sobre Gramsci aparecem com as disciplinas ministradas por Demerval Saviani, Evaldo Amaro Vieira, Octávio Ianni e Nobuco Kameyama. Evaldo Amaro Vieira orientou, em 1978, a primeira dissertação com suporte teórico gramsciano no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Trata-se do trabalho de Maria da Conceição Menezes Vasconcelos intitulado *As representações sobre a prática escolar do serviço social: um estudo exploratório*.

Grande parte da produção teórica dos anos 80 esteve fortemente influenciada por Gramsci. Segundo (BRANDÃO, 2009), a partir dos anos 80 e 90 Gramsci passou a ser uma referência importante no Brasil, com grande influência na construção da esquerda em nosso país, que tentava fazer uma política de frente democrática em oposição à ditadura militar<sup>18</sup>. Outro nome nos estudos de Gramsci nos anos 90 foi Edmundo Dias, autor de *O Outro Gramsci*

---

<sup>17</sup> Do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

<sup>18</sup> Para isso, as categorias de Gramsci, como Guerra de Posições, eram de grande utilidade.

e que tinha um ponto de vista diferente da Simionatto e Coutinho, fazendo uma análise de Gramsci mais conselheira.

Em 1995 foi publicado no Brasil o livro de Ivete Simionatto ao qual usamos como uma das principais referências no presente texto. Tal material é resultado da tese de doutorado de Simionatto e apresenta uma reconstituição sócio-histórica do itinerário de Gramsci no Brasil. Para dar seguimento aos estudos realizados, está em andamento, segundo Negri (2016), um projeto de pesquisa intitulado *O pensamento de Gramsci e sua presença no Serviço Social brasileiro – produção do conhecimento e indicações político-interventivas*. Tal projeto está vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP-UFSC), sob a coordenação da professora Dra. Ivete Simionatto<sup>19</sup>. Desta pesquisa resultou a tese de doutorado *O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro*, defendida em 2016 e tendo como objetivo analisar o pensamento de Antonio Gramsci no período de 2000 a 2012 no Brasil. Uma segunda pesquisa teve como foco o mapeamento das teses e dissertações que usaram Gramsci em Serviço Social defendidas entre 2010 e 2015 em programas de pós-graduação com maiores notas na capes. Esta segunda pesquisa apresenta ainda artigos publicados em anais da ENPESS<sup>20</sup> no período de 2000 a 2012. Tal pesquisa mapeou 113 artigos publicados em anais da ENPESS e 132 teses e dissertações.

#### **4. Considerações finais:**

Por fim, consideramos que a relevância de tal artigo consiste em contribuir para o entendimento da entrada do pensamento de Gramsci no Brasil, expondo as principais publicações realizadas desde os anos 20 e apontar as dificuldades encontradas para a difusão e compreensão do pensamento gramsciano, expondo os principais obstáculos. Buscamos também somar com as produções acadêmicas sobre o autor italiano no Brasil na área do Serviço Social, apresentando os principais trabalhos acadêmicos e autores realizados dos anos 60 até a atualidade e lançando mão da pesquisa em desenvolvimento na UFF-Rio das Ostras. Sendo assim, apresentamos dados recolhidos em um primeiro momento da pesquisa, que ajudam a compreender melhor a entrada dos trabalhos de Gramsci no Brasil e o que foi possível ser produzido de mais relevante dos anos 60 até os dias atuais.

---

<sup>19</sup> Notamos também, que a pesquisa desenvolvida na UFF-Rio das Ostras encontra procedimentos similares às desenvolvidas sob a coordenação da professora Dra. Ivete Simionatto, como, por exemplo, o resgate sócio-histórico do legado de Gramsci no Brasil como passo inicial, seguido de um levantamento das teses e dissertações, organização em planilhas do Excel e leitura dos trabalhos.

<sup>20</sup> Trata-se de um encontro nacional que constituiu um espaço para resultados de pesquisas.

## **Bibliografia:**

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Gramsci e a esquerda brasileira, hoje*, Acessa.com Mais Comunicação, 2009. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=24>. Acesso em 07 de maio de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Presença de Gramsci no Brasil*. Rio de Janeiro. Revista Em Pauta. Número 22, p. 27-44. 2009.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2014.

GOMES, Jarbas Mauricio. *Notas sobre a recepção de Gramsci no Brasil (1923-1939)*, Pensamento Político - Colóquio Internacional Antonio Gramsci, 2017.

MATOS, Teresa Cristina; FERREIRA, Maria D'Alva. Participação e controle social no Brasil recente: influência do pensamento gramsciano. Em Pauta, Rio de Janeiro – Primeiro semestre de 2015 – n. 35, v. 13, p. 65-79.

NEGRI, Fabiana; SILVA, Sabrina. *Uma cartografia de Gramsci no Serviço Social*, Pensamento Político - Colóquio Internacional Antonio Gramsci, 2016.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social, uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Cortez Editora, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

TOLEDO, Alex Fabiano. *A categoria de classes e grupos subalternos para o Serviço Social brasileiro*, 2017. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_39\\_art\\_12](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_12). Acesso em 07 de maio de 2018.

Revista de História da Biblioteca Nacional. *Ditaduras, o caso sério do Brasil com o autoritarismo*. Rio de Janeiro. Ano 9, número 103, abril de 2014.

VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013.